

SINDICAL DO SINTEGO/2024

#### **DOCUMENTO BASE**

O SINTEGO Somos Nós, Nossa Força Nossa Voz!

**27 DE ABRIL** 















# Prezados/as trabalhadores/as em Educação do Estado de Goiás,

É com grande satisfação que damos as boas-vindas aos/as delegados/as que participam desta Plenária do SINTEGO, neste dia 27 de abril de 2024. Este evento representa um momento crucial para nossa entidade sindical, onde se reúnem representantes de todo o Estado de Goiás para debater questões essenciais relacionadas à Educação e aos direitos da categoria.

Nesta plenária, teremos a oportunidade de discutir e deliberar sobre temas de extrema relevância, tais como: condições de trabalho, valorização profissional, políticas educacionais, entre outros. Este é um espaço democrático e participativo, onde cada voz será ouvida e cada contribuição será valorizada na construção de estratégias e ações que visam a melhoria da Educação em nosso Estado bem como, na dinâmica interna do nosso sindicato.

É importante ressaltar que a participação de cada um/a dos/as delegados/as é fundamental para o sucesso desta Plenária. Seu comprometimento, engajamento e representatividade são essenciais para garantir que as demandas e necessidades dos/as trabalhadores/as da Educação sejam adequadamente representadas e defendidas.

## GESTÃO DEMOCRÁTICA



Entre os temas a serem debatidos, começamos por aquele que alicerça todos os outros: a Democracia. Sem Democracia espaços como esses são inviáveis, perdemos a possibilidade de fazermos a luta política e nossas vozes serão silenciadas. Por isso, comecemos pela defesa da GESTÃO DEMOCRÁTICA nos espaços escolares.

A gestão democrática na escola é um princípio fundamental para promover um ambiente educacional inclusivo, participativo e de qualidade. Ela se baseia na ideia de que a comunidade escolar, composta por gestores/as, professores/as, funcionários/as estudantes e pais, devem ter voz ativa nas decisões que afetam a vida escolar e o processo de ensino-aprendizagem.

Em uma escola com gestão democrática, as decisões são tomadas de forma coletiva e transparente, levando em consideração as necessidades, opiniões e interesses de todos/as os/as envolvidos/as. Isso cria um senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada, fortalecendo o vínculo entre os membros da comunidade escolar.

Uma das principais características da gestão democrática é a valorização do diálogo e da participação ativa de todos os segmentos da escola. Isso significa que os/as diferentes atores têm a oportunidade de expressar suas ideias, contribuir com sugestões e colaborar na construção de projetos e ações que visam o bem comum.

Além disso, a gestão democrática promove a transparência na gestão dos recursos e na prestação de contas, garantindo que as decisões tomadas estejam alinhadas aos interesses da comunidade escolar e com os objetivos educacionais estabelecidos.

A gestão democrática contribui para o desenvolvimento de habilidades como autonomia, responsabilidade e senso crítico, formando os/as estudantes para exercerem uma cidadania ativa e participativa na escola e na sociedade.

Estes são os motivos fundamentais que levam o SINTEGO a defender, lutar e garantir a gestão democrática em Goiás. Agora, o que precisa avançar são as garantias de maior autonomia para que os gestores tenham condições de exercer plenamente seu papel.



Não está correto o governo exigir dos/as diretores/as que o valor de sua gratificação como gestores/as, esteja atrelada à frequência dos/as estudantes, como uma forma de responsabilizá-los pela baixa frequência ou evasão escolar, imputando aos/as diretores/as a responsabilidade pela busca ativa.

O SINTEGO tem lutado e garantido reajustes na gratificação dos/as diretores/as do estado e municípios, bem como tem feito o enfrentamento contra várias arbitrariedades que estão desvirtuando e sobrecarregando a função de direção.

Contudo, a Democracia exige aprendizado, formação para uma cultura de paz e diversidade, visando superar os inúmeros conflitos no interior da escola. Conhecimentos, debates e rodas de conversa são imprescindíveis, o que torna necessário que a escola cumpra uma de suas funções principais: garantir uma Educação mais justa, inclusiva e plural, que valorize e respeite os direitos de todos/as os/as envolvidos.









### FORMAÇÃO CONTINUADA



A Democracia é um dos fundamentos do nosso fazer, onde as pessoas precisam ser formadas para o exercício democrático, de tolerância e de respeito para com as diferenças e a transformação social. Isso faz da FORMAÇÃO CONTINUADA um investimento necessário ao aprimoramento profissional. Caminho que leva à possibilidade de construção coletiva de uma Educação de qualidade. Devemos lembrar que esses profissionais desempenham um papel crucial na formação de crianças, jovens e adultos, construindo não apenas conhecimentos acadêmicos, mas também valores, habilidades socioemocionais e cidadania.

Dessa forma, professores/as e demais profissionais da Educação bem formados têm maior capacidade de planejar e executar práticas pedagógicas eficazes, adaptadas às necessidades individuais dos/as estudantes. Isso contribui diretamente para a melhoria da qualidade do ensino e para o alcance dos objetivos educacionais.

A formação continuada permite, ao mesmo tempo, que os profissionais da Educação se mantenham atualizados em relação às melhores práticas pedagógicas, possibilitando a incorporação de inovações em suas metodologias de ensino. E isso significa aprimoramento de habilidades técnicas, mas também desenvolvimento pessoal e profissional, fortalecendo a autoconfiança, o aperfeiçoamento da comunicação interpessoal e a capacidade de lidar com desafios complexos no ambiente escolar.

Uma complexidade que é vislumbrada e discutida a partir de processo de formação, o qual nos torna capazes de criar ambientes de aprendizagem positivos e inclusivos, onde os/as estudantes se sintam motivados/as, respeitados/as e apoiados/as em seu desenvolvimento integral. Isso contribui para um clima escolar favorável ao aprendizado e ao bem-estar de todos/as os/as da comunidade escolar.

Neste sentido, o SINTEGO acredita que investir na formação continuada é essencial, sobretudo quando essa formação impacta diretamente em uma Carreira atrativa para os profissionais da Educação, garantindo a promoção e estimulando, por meio da valorização efetiva, a quem continuar a estudar e se qualificar, visando a qualidade da Educação.

Tanto é assim, que o SINTEGO promoveu formação sindical e dos/as conselheiros/as (FUNDEB, CAE - Alimentação Escolar, CMEs) por entender a importância que cada um tem na defesa destas representações e ter o olhar social nestes espaços de atuação.







CARREIRA é um instrumento a partir do qual se pode garantir maior eficiência administrativa, com planejamento e regras estabelecidas que garantem o melhor uso dos recursos públicos, financeiros e humanos, respeita a formação continuada e valoriza o/a profissional a partir de normas estabelecidas de maneira organizada e eficaz.

Em Goiás, assim como em todo o país, os/as profissionais da Educação enfrentam desafios significativos, incluindo a sobrecarga de trabalho, a falta de reconhecimento e valorização, remunerações inadequadas em relação à complexidade e responsabilidade de suas atribuições.

É fundamental que o poder público reconheça a importância estratégica dos/as Administrativos/as da Educação e promova políticas que valorizem e incentivem o desenvolvimento profissional desta categoria. Isso inclui a oferta de formação e capacitação contínua, condições de trabalho adequadas e uma remuneração justa e condizente com a relevância de suas funções. Mas, infelizmente, o Plano de Carreira da Rede Estadual de Goiás, implementado no início deste ano, mesmo após anos de lutas para obter a tão sonhada valorização, não trouxe mudanças significativas para grande parte dos/as Administrativos/as. Teremos que continuar lutando para que o reconhecimento e valorização ocorra de fato, tanto na rede estadual como nos municípios.

Ao valorizar a Carreira dos/as Administrativos/as da Educação, Goiás e os municípios, estarão, não apenas fortalecendo seus sistemas educacionais, mas também demonstrando o compromisso com o respeito e a dignidade de todos/as os/as profissionais que dedicam suas vidas a promover o desenvolvimento e o aprendizado de nossos/as estudantes. O SINTEGO tem lutado incisivamente para que todos/as os/as Administrativos/as da Rede Estadual e municípios, sejam valorizados/as pelo papel fundamental que desempenham na Educação.

Se faz urgente a construção de um novo Plano de Carreira para o Magistério público de Goiás, visto que o atual, Lei nº 13.909/ 2001, está totalmente defasado com a não aplicação na carreira dos percentuais definidos pela Lei 11.738/2008, a Lei do Piso Nacional, que no governo Caiado não respeitou os percentuais garantidos na Lei e, em decorrência disto, achatou complemente a Carreira do Magistério. Desta forma, professores/as que estão prestes a se aposentar no final da carreira, se encontram com quem está começando. O Piso virou teto!

Diante de tamanha destruição e defasagem, o SINTEGO está buscando construir uma nova Carreira junto ao governo do estado de Goiás. Esta possibilidade sinaliza para a recuperação dos prejuízos oriundos destes últimos anos. A perspectiva é de que até maio tenhamos uma nova carreira a consagrar maior valoração a quem se dedica todos os dias a fazer da Educação de Goiás uma das melhores do Brasil.







Os concursos públicos para preenchimento de vagas na Educação, é uma pauta de luta permanente do SINTEGO, seja no Estado ou nos municípios. São dois grandes desafios: um é a realização e outro, o chamamento. Os/as aprovados/as, em geral, aguardam ansiosamente sua nomeação, muitas vezes enfrentam longos períodos de espera, incertezas e frustrações, além da falta de transparência em relação as vagas, que está ocupada por contratos temporários, gerando um conflito interno, proteção política, interesses outros que dificultam o direito pleno de quem foi aprovado, ser nomeado.

A demora na CONVOCAÇÃO DOS/AS CONCURSADOS/AS acarreta uma série de consequências negativas. Primeiro, gera um desperdício de recursos públicos investidos em processos seletivos, já que a realização de concursos implica em custos significativos para o Estado e municípios. Além disso, compromete a qualidade e a continuidade dos serviços prestados, pela alta rotatividade, uma vez que os/as profissionais temporários/as, muitas vezes contratados/as para suprir essa lacuna, podem não possuir a mesma qualificação e experiência dos/as concursados/as.

Os/as contratos/as temporários/as, cabe ressaltar, atuam profissionalmente sob condições mais precárias, sem valorização, sem perspectiva de futuro e de carreira, na Educação.

Diante deste cenário, é imperativo que o governo de Goiás e municípios, adotem medidas transparentes e eficazes para agilizar o processo de convocação dos/as concursados/as da Educação. Isso inclui a análise ágil dos processos de nomeação, a divulgação clara e precisa das vagas disponíveis e a garantia de que não haja obstáculos burocráticos e/ou políticos que impeçam a contratação dos/as profissionais aprovados/as.

Além de tudo isso, o SINTEGO tem cobrado a realização de concurso público na Educação em municípios que estão com muitos déficits e longos períodos sem publicar novos certames.



#### FORMAÇÃO DE NOVOS PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO



Valorizar o serviço público, especificamente a escola pública, significa, ao mesmo tempo, promover políticas que incentivem a FORMAÇÃO DE NOVOS/AS PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO, especialmente na área de licenciatura.

Além disso, é fundamental promover a valorização social e profissional dos/as professores/as, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento do país, sem isso teremos em breve um apagão na Educação. Isso pode ser constatado na baixa procura pelos cursos de licenciaturas por parte dos/as jovens. É necessário atrair a juventude para a carreira docente por meio de um chamamento feito por meio de campanhas, programas de incentivo à docência e políticas de valorização salarial e de carreira.

A valorização social e profissional se torna ainda mais urgente quando vivenciamos um cenário de uma Educação em crise. Uma crise que se traduz no Estado de Goiás no ADOECIMENTO DOS/AS TRABALHADORES/AS DA EDUCAÇÃO, por conta da sobrecarga de trabalho, na falta de prestígio social e na baixa autoestima profissional.

Temos, então, trabalhadores/as da Educação que enfrentam condições precárias de trabalho, sobrecarga e pressão constante. Panorama que marca crescente incidência de adoecimento entre estes/as trabalhadores/as, pois se deparam com uma carga horária intensa, com longas jornadas, acúmulo de funções e pressão por resultados. A preparação de aulas, correção de trabalhos, preenchimento SIAP e/ou outros sistemas, participação em reuniões, além das atividades extracurriculares, podem resultar e resultam, em estresse e exaustão física e mental, tudo isso às vezes se somam em duas redes de ensino.

O ambiente escolar nem sempre é um local tranquilo e seguro. Professores/as e servidores/as Administrativos/as podem ser expostos a situações de violência, indisciplina, bullying e conflitos interpessoais, o que pode afetar negativamente sua saúde emocional e psicológica. Ademais, muitas escolas enfrentam problemas estruturais, como: salas superlotadas, falta de materiais didáticos e infraestrutura precária.

Diante desse panorama, é crucial que sejam adotadas medidas para proteger a saúde física e mental, bem como, o bem-estar dos/as trabalhadores/as da Educação. Isso inclui a promoção de políticas que visem a melhoria das condições de trabalho, o investimento em programas de saúde ocupacional e bem-estar emocional, o fortalecimento do apoio psicossocial nas escolas e a valorização e reconhecimento da categoria como um todo.

É essencial que gestores, governantes, comunidade escolar e sociedade em geral reconheçam a importância vital do cuidado com os/as profissionais da Educação, não apenas pelo impacto direto na qualidade do ensino, mas também pela responsabilidade ética de garantir condições dignas de trabalho e saúde para aqueles/as que possuem como resultado da sua atuação profissional, a formação de pessoas.





Desde 2019, quando enfrentamos a REFORMA DA PREVIDÊNCIA, o SINTEGO tem mobilizado e lutado contra a retirada de direitos dos/as trabalhadores/as em Educação de Goiás, como: a aposentadoria especial dos/as professores/as, a avaliação pela média e não pelos últimos anos de contribuição, além da taxação dos/as Aposentados/as em um desconto mensal de 14,25%, visto que já contribuíram com a previdência por toda a sua vida profissional.

De 2020 a 2021 foi descontado este percentual de forma indevida de todos/as ganhavam acima do salário mínimo. O que levou o SINTEGO a judicializar e ganhar a ação, obrigando o Estado a ter que devolver estes descontos, referentes a este período. A execução desta ação está em curso e assim que conclusa, o valor será devolvido a todos/as que se encontraram nesta situação à época.

Em 2022, após muita luta, o SINTEGO conseguiu fazer o governo de Goiás a deixar de cobrar os 14,25% de Aposentados/as que ganhavam até três mil reais. Contudo seguimos lutando para avançar nesta questão e pôr fim a desconto nefasto para todos/as que ganham abaixo do teto do INSS. Esse desconto é um sofrimento que impacta significativamente a vida dos/as idosos/as em Goiás. Representa uma parcela considerável da renda mensal destes/as Aposentados/as, dificultando ainda mais sua condição financeira já fragilizada pelo fato do governo não respeitar a Carreira e não pagar o Piso devidamente aos/as trabalhadores/as.

Além disso, é importante promover o debate e a conscientização sobre a importância de proteger os direitos previdenciários dos/as idosos/as, garantindo-lhes uma qualidade de vida condizente com sua contribuição ao longo dos muitos anos trabalhados.

Nesta plenária, convidamos todos/as os/as trabalhadores/as em Educação, do estado e dos municípios, a participarem ativamente das discussões e ações propostas pelo SINTEGO, pois é através da união e mobilização que poderemos alcançar as mudanças necessárias para a construção de uma Educação pública de qualidade em Goiás e a Valorização de todos/as os/as profissionais que atuam nas redes públicas de ensino.

Nosso Plano de Lutas, nas pautas nacionais segue em conjunto com a CUT e a CNTE e nos desafios enfrentados no estado de Goiás e nos municípios, nossa organização sindical, Central e Regionais do SINTEGO, faz uma frente fortalecida nas mobilizações, com a participação da categoria, na base.

Juntos/as somos mais fortes! SINTEGO – Nossa Força e Nossa Voz

